

---

# Entre Continuidade e Ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema Histórico e Político

**João Fábio Bertonha**

## **Introdução**

**D**entre os inúmeros debates da historiografia italiana relativos ao período fascista, vários dos mais fecundos e intensos têm sido aqueles relacionados à política externa do regime. Realmente, os historiadores italianos têm dedicado muito tempo e energia ao estudo dos vários aspectos da política externa de Mussolini durante os vinte anos do fascismo. As reflexões produzidas em décadas de trabalho merecem ser conhecidas também pelos não especialistas em história italiana, pois abordam questões e problemas de interesse direto para todos os analistas de relações internacionais, especialistas ou não no período. É no esforço para tornar essa produção historiográfica italiana mais conhecida pelo público brasileiro que me decidi a escrever este artigo de síntese.

No entanto, mesmo artigos de síntese não podem prescindir de um eixo, de um ponto central que sirva para articular as reflexões, sob

pena de se tornar mero elenco de livros e artigos. Dado este problema, escolhi abordar, neste texto, a relação entre a política externa fascista e as diretrizes tradicionais da política exterior italiana desde a unificação em 1860. Não apenas é esta a questão-chave para a compreensão e definição do caráter da política externa de Mussolini, como ela nos permite a articulação lógica de vários dos debates que permeiam a historiografia relativa à política externa fascista.

Nesse sentido, inicio com uma apresentação pontual de alguns dos autores mais importantes que trabalharam com esse tema. Posto isto, faço uma discussão de algumas questões-chave a respeito da história da política externa fascista (como o domínio dos interesses ideológicos ou geopolíticos na sua condução; o papel da política interna nas relações internacionais italianas pré e pós-1922; o caráter do imperialismo italiano nos dois momentos e as variações temporais dos interesses internacionais italianos nos anos 20 e 30) e que estão diretamente relacionadas ao nosso problema central. Concluo com uma análise sobre os aspectos políticos dessa problemática, especialmente no tocante a uma possível reabilitação do fascismo, através de novas abordagens historiográficas de sua política externa.

Por fim, gostaria de destacar que não tenho a pretensão de ter esgotado a imensa bibliografia relativa à política externa fascista, que atinge seguramente, entre livros e artigos, milhares de referências<sup>1</sup>. Tenho certeza, contudo, que a seleção feita aqui é suficiente para atingir meu duplo propósito de discutir a questão da continuidade e da mudança na política exterior italiana no entreguerras e de apresentar alguns dos debates correntes na historiografia italiana para o público brasileiro.

### **Continuidade ou Mudança?**

Descartadas as hipóteses de que a política externa fascista era irracional e que era gestada e conduzida unicamente pela pessoa de Mussolini (o que simplificaria bastante nossos problemas, mas nos afastaria da

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema...**

realidade), várias questões se apresentam. A principal delas é determinar se o fascismo representou um rompimento radical com as diretrizes que conduziam a política externa italiana desde a Unificação ou se ele realizou apenas uma reestruturação cosmética das mesmas.

Nesse sentido, para alguns estudiosos, como Lowe e Marzari (1971), Santoro (1991), Ragonieri (1976) e Barros (1965), há vários pontos comuns (equilíbrio entre as grandes potências européias para superar as debilidades econômicas e militares, aproveitamento dos momentos de vácuo de poder para tentar a expansão imperial, o nacionalismo e o desejo italiano de que o país fosse aceito como grande potência, a ênfase nas ambições italianas no Mediterrâneo e no Adriático etc.) entre a política externa italiana pré e durante o fascismo que demonstrariam como a política externa fascista não teria fugido muito dos padrões anteriores da política externa italiana.

Para Segrè (1991), por exemplo, a única grande diferença da política externa fascista comparada com a anterior era que os fascistas não sabiam aceitar os limites do poder italiano como seus predecessores liberais, o que teria levado a uma ambição imperial desmedida e às catástrofes da Segunda Guerra. Outros autores, como Sérgio Romano (1984; 1991; 1991a) e Richard Bosworth (1979; 1991), refinam isto ao insistir, utilizando os pressupostos teóricos da “Nova História” francesa, que a confirmação da continuidade poderia ser encontrada tanto no pensamento nacionalista (o elo entre a política externa liberal e a fascista) quanto nos “mitos” que norteavam a cultura da política exterior italiana, só superados com a República em 1945.

Sérgio Romano (1991; 1991a), aliás, fornece um bom panorama sobre os “continuístas” ao demonstrar como eles se dividem entre os que vêem a continuidade a partir da manutenção de traços negativos (o nacionalismo exacerbado, o imperialismo) ou positivos (o equilíbrio, o realismo, as motivações justas de buscar um lugar para a

Itália no mundo) entre os dois períodos (basicamente, a esquerda e a corrente de De Felice, respectivamente).

Outros autores invertem esse raciocínio. Alan Cassels (1983), McGregor Knox (1982; 1991), Denis Mack Smith (1976) e Carlo Vallauri (1964), por exemplo, afirmam que, após alguns anos de transição, o fascismo teria implantado uma política externa muito diferente da do período anterior. Uma agressividade intensa, objetivos imperiais desmedidos, rompimento da tradicional aliança com a Inglaterra, a ideologização da política externa (incluindo uma “diplomacia paralela” de base expressivamente subversiva e ideológica<sup>2</sup>) e o uso dela para a mobilização e mudança internas seriam as marcas dessa nova política externa fascista.

Evidentemente, ninguém nega que existam continuidades entre os dois períodos, como as mencionadas acima, e que o fascismo trouxe algumas mudanças. O problema é definir o que predominou, pois apenas dizer que continuidades e rupturas são a chave da História (e desse problema em particular) e que ambas podem coexistir em um mesmo sistema, como faz Romano (1983; 1984), não passa de reafirmação do óbvio.

Para evitar esse problema, trabalho com alguns elementos-chave abordados pelos historiadores acima citados, de forma a verificar pontualmente a validade da argumentação por eles apresentada. Nesse sentido, o primeiro elemento a ser analisado é a relação entre as políticas externa e interna durante o regime fascista.

### **A Relação entre Política Interna e Externa**

Para autores como Ettore Archieri (1977) e Giampiero Carocci (1969), a opinião pública e as classes dominantes italianas apoiavam o fascismo basicamente pelo seu combate à esquerda e pelo seu pro-

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema...**

jeto de estabilidade e crescimento econômico para a Itália. Suas bravatas e excessos internacionais seriam apenas tolerados em nome desses bons serviços que o fascismo prestava à política nacional. Política externa, pois, desconectada da interna.

Para Ennio Di Nolfo (1975), uma proposta como esta, de que a política externa fascista seria algo desligado da política interna e exclusivamente determinada pelos caprichos de Mussolini, seria empobrecedora, pois reduziria o regime fascista a algo criado única e exclusivamente para atender aos interesses de estabilidade, paz social e poder das classes dominantes italianas, o que dificilmente corresponderia à realidade, pois o fascismo efetivamente teria um projeto para a Itália.

Para outros autores, a relação política interna/política externa era mais dinâmica, e eles relacionam as atitudes dos fascistas no plano internacional com suas necessidades políticas dentro da Itália. George Baer (1970), Renzo De Felice (1973) e Francesco Perfetti (1979), por exemplo, concordam que, ao menos nos anos 20 (e, para Baer, por todo o entreguerras), a política externa era vista essencialmente como instrumento da política interna. Já o militante antifascista Gaetano Salvemini (1932; 1967) era ainda mais direto e considerava a política externa fascista simples teatro para manter os italianos ligados ao fascismo<sup>3</sup>, enquanto a historiografia vinculada ao antigo Partido Comunista Italiano (PCI) via no capitalismo italiano a fonte do imperialismo fascista, o que também levava à consideração de que a política interna predominava sobre a externa (Lyttelton, 1982). Uma outra análise, mais sofisticada, mas isolando a política interna da externa, trabalhou a idéia da segunda como o campo privilegiado de ação do fascismo, em oposição à primeira<sup>4</sup>.

Ainda nessa linha de considerações, mas de uma perspectiva oposta, Simona Colarizi (1984) não só não acredita nessa independência da política externa ou no domínio das questões internas, como propõe que, na verdade, era a política interna do fascismo que era condiciona-

da pela externa. A aliança com o nazismo, por exemplo, teria sido posta em prática apenas pela necessidade de conseguir aliados para subverter a ordem internacional e afetado a própria estrutura do regime (que adquiriu tons mais totalitários), em total desacordo com o bloco de poder (Monarquia, Exército e Igreja) que dava sustentação a ele.

Na verdade, seria difícil acreditar que Mussolini pudesse manter uma diretriz de relacionamento internacional totalmente desfocada das suas necessidades de política interna ou que uma pudesse ser completamente descolada da outra. Uma interação das duas estava presente e o maior peso de uma ou outra variável depende claramente do momento e da situação considerada.

Sérgio Romano (1983a) (ver, também, Malvolio, 1975) escreveu palavras elucidativas a esse respeito, mostrando como foi o positivismo do século XIX que criou a idéia de que a política externa estaria separada da interna e que os países teriam, se não fossem mal influenciados, objetivos permanentes e comportamentos naturais determinados pela geografia e pela natureza. Na realidade, como demonstra esse autor, os interesses permanentes de um país são historicamente datados — o objetivo nacional só existe a partir da concepção momentânea que uma nação tem de si e de seu papel no mundo — e política interna e externa não são, assim, dimensões opostas, mas esferas diversas de uma mesma concepção de Estado e sociedade. Essa análise poderia servir, em um primeiro momento, para todos os Estados nacionais conhecidos.

O próprio Sérgio Romano, Giuseppe Candeloro (1981) e, especialmente, McGregor Knox (1984; 1991; 1995), contudo, ressaltam como a conjugação política interna/política externa teve configurações especiais no universo do fascismo italiano e também no nazismo. Para eles, nesses dois regimes a consolidação interna era vista como base para uma política externa agressiva, enquanto essa agressividade seria essencial para mudar instituições e valores nacionais, além de fazer uma revolução interna. Já a paz seria o caminho certo

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema...**

para a decadência e esclerose. Para esses autores, essa notável inter-relação entre política interna e externa seria uma singularidade desses dois regimes e ainda mais do fascismo italiano, que queria criar um povo italiano viril, guerreiro e conquistador em um país onde esses valores não estavam tão presentes e o grau de controle do partido sobre o Estado e a sociedade era menor do que na Alemanha.

Essa visão das especificidades da política italiana sob o fascismo parece ser realmente a mais interessante. No caso da opinião pública, por exemplo, o regime procurou, a exemplo do Estado liberal italiano pré-Primeira Guerra Mundial, reafirmar a idéia de que a política externa era algo independente da interna e que não poderia nem deveria ser influenciada por ela, mas única e exclusivamente pelos “interesses naturais” do país, e buscou, até certo limite, transformar essa teoria em prática. Com a contínua e inédita mobilização das massas que o regime promovia, ainda que em caráter instrumental, na defesa de seus projetos (internos e externos), contudo, dificilmente a opinião pública poderia ser completamente ignorada na formulação da política externa, sendo pouco provável, porém, que ela pudesse alterar as decisões do regime (Vigezzi, 1979; Romano, 1983; Milza, 1981). De qualquer modo, o simples fato de a opinião pública ser considerada seria algo que surpreenderia os formuladores da política externa italiana da era liberal.

Provavelmente nada os surpreenderia mais, contudo, do que a inclusão dos princípios ideológicos do fascismo nas diretrizes da política externa italiana. Se essa inclusão foi realmente expressiva é outro dos debates-chave na historiografia italiana sobre a política externa fascista.

***Realpolitik* ou Política Ideológica?**

Em outro texto (Bertonha, 2000), trabalhei com a questão da “Internacional fascista” e os problemas e ambigüidades presentes no rela-

cionamento entre os Estados e os movimentos fascistas. Retomando algumas informações presentes ali, quero destacar o esforço do fascismo em fazer alianças com os movimentos fascistas no exterior, dado que se trata de um excelente filão para discutirmos a presença de princípios ideológicos ou de realismo na política externa fascista.

Alguns analistas (Milza e Bernstein, 1995:377-382; Santarelli, 1981:500) apresentam o esforço internacionalista do fascismo, acima de tudo, como um instrumento de projeção do poder italiano. Nessa concepção, o regime não teria interesse real em instaurar o fascismo em países como a França, pois isso acabaria por gerar, no limite, países fortes que se oporiam à Itália. Os fascismos no exterior só seriam apoiados enquanto força de desestabilização dos adversários geopolíticos da Itália ou nos locais onde esses movimentos poderiam dar origem a Estados satélites controlados por Roma ou, no mínimo, aumentar a influência italiana local. É fácil comprovar que tal condicionamento geopolítico esteve muitas vezes presente no pensamento do regime voltado para o relacionamento interfascismos e que este era imaginado muitas vezes como instrumento de substituição da fraqueza militar e econômica italiana<sup>5</sup>.

Difícilmente, porém, seria factível separar, na estrutura de um regime fortemente fundado em princípios ideológicos, os interesses diretamente geopolíticos e aqueles ideológicos. De fato, é possível identificar uma tendência na política externa fascista que esteve presente desde os anos 20, mas que adquiriu força e visibilidade nos anos 30: a fusão dos objetivos nacionais do Estado italiano com aqueles de divulgação e expansão da ideologia fascista.

No bojo dessa tendência, os interesses nacionais e a ideologia fascista fundiam-se em um todo muitas vezes contraditório e ambíguo, mas que passou a condicionar cada vez mais a política externa italiana a partir de então: os interesses do Estado italiano podiam ser atingidos através da carta ideológica (isto é, do respeito e dependência de

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

outros povos e nações à ideologia fascista, os quais se converteriam em aumento de prestígio e poder político da Itália), enquanto a própria expansão da ideologia fascista se daria, por sua vez, pelos mecanismos e instituições do Estado italiano.

Nesse contexto, falar em *Realpolitik* ou em “política baseada na ideologia” como pólos totalmente opostos seria equivocado<sup>6</sup>, e apenas confirmaria a tentativa de parte dos pensadores e políticos italianos de dissociar a política externa fascista daquela pretendida pelos tradicionais formuladores da política externa italiana, integralmente voltados para os “interesses nacionais italianos”. O mesmo poderia ser dito da Alemanha nazista e seu esforço para tornar o Estado nacional alemão senhor da Europa e, ao mesmo tempo, reorganizar racialmente o mundo.

Um exemplo clássico nesse sentido é a análise que a revista *Anti Europa*, de Asvero Gravelli, fazia do apoio do fascismo italiano aos *ustaches* croatas. Para a revista, o sustento ao fascismo croata seria um primeiro passo para uma aliança austríaca/croata/húngara que deveria ser a base não só da hegemonia política italiana nos Bálcãs, como de uma “Internacional fascista” de cunho italiano no coração da Europa (Santarelli, 1981:116). Ideologia e *Realpolitik* estão, pois, em muitos casos, tão entrelaçadas que seria difícil separá-las.

A discussão sobre a ideologização da política externa dividia, inclusive, o próprio partido. Para os fascistas mais próximos do padrão nacionalista, como Balbo, Federzoni e Grandi, a “carta alemã” (ou seja, jogar com o medo da Alemanha entre os países ocidentais para valorizar uma aliança destes com a Itália), por exemplo, deveria ser usada para conseguir concessões dos aliados ocidentais em proveito da Itália, mas não haveria sentido em uma aliança com a Alemanha que, no limite, poderia prejudicar os interesses italianos no mundo. Já os fascistas radicais queriam uma aliança com os nazistas justamente para

destruir as débeis democracias ocidentais, em um padrão claramente ideológico<sup>7</sup>.

Na verdade, apesar de Mussolini e o fascismo terem se apropriado amplamente dos conceitos e mitos dos nacionalistas para criar uma cultura fascista de política externa, esta jamais foi unitária, tendo se transformado de tal modo no decorrer do tempo que criou valores e tendências que geraram perplexidade entre os fascistas mais conservadores. Não é à toa que foram justamente estes últimos que se voltaram imediatamente contra Mussolini quando a situação externa se deteriorou na década de 40.

Apesar desses enormes conflitos internos e de efetivamente não existirem “interesses nacionais” neutros que não fossem readaptados e redefinidos a partir das realidades políticas nacional e internacional, algum nível de diferenciação entre ideologia e *Realpolitik* existe e, certamente, a política externa fascista (especialmente a dos anos 30) não seguiu diretrizes exatamente iguais às da Itália liberal, absorvendo padrões de ação derivados da doutrina fascista que não se coadunariam com uma política de poder clássica, como a seguida pela velha Itália.

O fascismo, por exemplo, seguiu claramente uma política imperialista no estilo das potências européias e da própria Itália antes da Primeira Guerra Mundial. O Império fascista dificilmente seria, contudo, o mesmo ambicionado pelos dirigentes da Itália liberal e tendia a se confundir, como vimos há pouco, com a idéia de uma missão civilizadora do fascismo no mundo ocidental

Nos anos 20, há indícios de que as preocupações de ordem nacionalista dominaram a política externa italiana e de que, apesar de as ambigüidades prosseguirem, os interesses ideológicos estavam subordinados aos interesses estratégicos nacionais italianos. Nesse sentido, mesmo quando subsidiava e apoiava movimentos fascistas, ou simpáticos ao fascismo, no exterior (o que fazia desde o início da dé-

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

cada de 20 — Petersen, 1975 e Blatt, 1971), o objetivo central do regime não seria espalhar o “fascismo universal”, mas sim instrumentalizar esses movimentos afins para a defesa dos desígnios italianos.

Para Olla (1978) e, especialmente, Quartararo (1980), até o último segundo o fascismo agiu seguindo esses moldes realistas, flertando com Berlim e Londres em busca de recompensas até o momento em que parecia que um dos lados havia vencido (1940) e que valeria a pena, assim, entrar para um dos blocos ostensivamente.

Quartararo baseia-se intensamente em De Felice (1981:626 e ss.) para suas reflexões e é ele, efetivamente, o grande defensor da idéia de que Mussolini foi um grande realista, sempre girando entre os blocos e em busca de acordo com o Ocidente. Para ele, até mesmo a intervenção italiana na Guerra Civil Espanhola teria se originado, basicamente, de preocupações de *Realpolitik* (De Felice, 1988).

Esta é uma posição que autores como Fulvio D’Amoja (1967), Jens Petersen (1975), Nicola Tranfaglia (1995:598-608), Marco Palla (1985), McGregor Knox (1984; 1995) e James Burgwyn (1978; 1979) vão recusar, propondo que o espaço que a Itália havia desfrutado entre 1932 e 1936 para girar entre o Ocidente e a Alemanha estava progressivamente se fechando com o desencanto do Ocidente diante de Mussolini e a crescente ideologização da política mundial no final da década de 30, o que teria levado Londres e Paris a aceitar a idéia de apaziguar Mussolini, mas sem acreditar que ele poderia ainda ser afastado realmente do Eixo. Nesse contexto, o Eixo e a intervenção conjunta ítalo-germânica na Espanha não eram, seguramente, apenas instrumentais e só as aproximações ideológicas entre nazismo e fascismo poderiam fornecer alguma explicação.

Há referências (Borejsza, 1971; 1974:314), inclusive, de que a ideologização da política externa italiana durante o fascismo havia atingido tal nível, por volta de 1940, que os italianos teriam defendido ardentemente uma ajuda aos finlandeses agredidos pelos soviéticos em

nome dos princípios fascistas de luta anticomunista (Petracchi, 1979), sinal de que a crescente caminhada do regime rumo ao totalitarismo afetava-o interna (leis raciais etc.) e externamente (menor pragmatismo).

Cannistraro e Wynot Jr. (1973) fornecem mais elementos para a questão ao demonstrarem que o anticomunismo não foi fundamental para a formação das diretrizes de política exterior da Itália ao menos até 1936. Até essa data, Mussolini teria preferido tratar com a URSS com base no interesse nacional italiano, ainda que não de forma absoluta. A conversão ao anticomunismo militante só teria se dado com a formação do Eixo, por ser o anticomunismo o único ponto onde as versões italiana e alemã do fascismo poderiam ser soldadas completamente. Mussolini teria levado tão a sério essa nova diretriz da sua política externa que teria preferido apoiar os finlandeses, mesmo contra a posição de Hitler de, pragmaticamente, apaziguar os soviéticos.

Concluindo, o que parece evidente é que há uma fratura temporal bem clara e explícita quando se pensa na questão da ideologia na política externa fascista. Os problemas oriundos da ideologia fascista que, antes de 1936/37, eram subordinados às necessidades geopolíticas e de expansionismo mais clássicas da Itália, passaram, a partir daquele momento, a ter um papel crescente na formação da política externa.

O grande laboratório, contudo, para o estudo das prioridades ideologia/*Realpolitik* na política externa fascista é a constituição do Eixo. Não tenho interesse aqui em apresentar em detalhes o processo de formação da aliança Roma/Berlim em fins da década de 30 (que pode ser visto em outros autores — Toscano, 1956; 1967; Deakin, 1962; Petersen, 1976), mas em verificar se foi a ideologia ou a geopolítica que aproximou Hitler de Mussolini.

A questão da ideologia é pensada pela historiografia tanto em termos de repulsão como de atração das duas potências fascistas. Para autores como Denis Mack Smith (1976), Alan Cassels (1970; 1983) e

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

Elisabeth Wiskemann (1955), as ideologias fascista e nazista eram tão semelhantes que seria óbvia e natural uma aliança entre a Itália e a Alemanha. Para outros estudiosos, como Karl Hoepke (1971), por exemplo, o viés é o oposto: considera-se que Mussolini pensava centralmente em termos de concorrência ideológica quando se relacionava com o nazismo. Ele, de fato, em uma análise racional e baseada em critérios de poder e disputa geopolítica, deveria ter preferido, em princípio, apoiar integralmente os nazistas<sup>8</sup>, mas teria optado por dividir seu apoio entre os nacionalistas e os nazistas, com alguma preferência pelos primeiros, pois estes seriam candidatos menos sérios a estabelecer concorrência com o fascismo italiano no interior da família ideológica fascista. Só os contínuos sucessos eleitorais de Hitler, a partir de 1930, teriam convencido o governo italiano de que a opção nazista, mesmo não sendo necessariamente a melhor, era a única disponível para aumentar a influência italiana na Alemanha, o que teria levado à ampliação dos contatos entre os movimentos, inclusive com a instalação de seções do Partido Nazista na Itália. A ideologia levaria, pois, à competição, e apenas os interesses geopolíticos superariam essa desconfiança.

Já as observações de Jens Petersen (1975; 1976) invertem o raciocínio de Hoepke e procuram demonstrar como o apoio de Mussolini ao nazismo desde 1925 era derivado de preocupações ideológicas claríssimas (difundir a idéia fascista na Europa a qualquer custo), preocupações estas que, inclusive, iam de encontro ao interesse nacional italiano ao criar um pólo alternativo de poder geopolítico. Nesse raciocínio, os interesses geopolíticos seriam irrelevantes e a ideologia levaria à solidariedade.

Na verdade, os dados de Hoepke (1971), Michaelis (1975) e De Felice (1975) indicam que, em última instância, havia mais desconfiança e ambigüidade do que solidariedade completa entre nazistas e fascistas — por motivos ideológicos e estratégicos — no período pré-1930, e que o interesse de Roma pelo nazismo nos anos 20 era

mais instrumental que qualquer outra coisa, o que levava a contatos com toda a direita alemã e não só com o Partido Nazista (NSDAP). Como visto anteriormente, contudo, dificilmente a conjuntura poderia ser considerada tão cristalina nos anos 30, quando a situação internacional mudou e todas as ambigüidades e problemas acima descritos vieram à tona.

James Burgwyn (1978;1979) apresenta uma outra hipótese para a questão ideológica como aproximadora entre Itália e Alemanha na segunda metade da década de 30. Para ele, a simpatia dos dois regimes pelo totalitarismo fornecia um potencial de aliança, mas não mais do que isso. O problema italiano, para Burgwyn, é que Roma ainda almejava, pós-guerra da Abissínia, a expansão imperial, mas, com seu espaço de manobra diminuindo no sistema de potências mundial e a resistência dos países ocidentais a permitir maiores acréscimos ao Império, a única alternativa restante era a aliança com a potência revisionista mais forte e que não desejava um espaço no Mediterrâneo, a Alemanha. A ideologia revisionista dos dois países (e não o problema do totalitarismo) teria levado à aliança. Do mesmo modo, segundo Lammers (1971), o problema ideológico que separava a Inglaterra e a França da Alemanha e da Itália não era a incompatibilidade entre o totalitarismo e a democracia, mas a expansão imperial que fazia parte da ideologia dos dois últimos.

Que a falta de uma rivalidade estratégica absoluta e a forte radicalização político-ideológica mundial dos anos 30 (Hobsbawm, 1997), fazendo as duas versões centrais do universo fascista se aproximarem dentro de uma luta maior contra a esquerda e a democracia, indicava um enorme potencial de alianças, é aceitável. A aliança entre a Itália e a Alemanha nunca foi, porém, inevitável por pressupostos ideológicos, como querem Petersen e outros autores, ao mesmo tempo que as relações entre Berlim e Roma e entre os diferentes fascismos, no fim da década de 30, jamais conseguiram se livrar desses problemas

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

de fundo, dessas contradições entre solidariedade e competição ideológica e entre solidariedade ideológica e competição geopolítica que marcaram o relacionamento entre os Estados fascistas.

Este é, aliás, um outro aspecto fundamental da questão. No caso das duas matrizes centrais do universo fascista (a italiana e a alemã), a ideologia fascista que, em linhas gerais, ambos compartilhavam, não era fonte apenas de solidariedade (em oposição ao nacionalismo e à competição geopolítica, que os separariam), mas também de competição. Como vimos, de fato, se em uma polarização maior direita/esquerda e democracia/ditadura, fascismo e nazismo podiam ser vistos como membros da mesma família, eram irmãos que discutiam e disputavam o tempo todo não só poder e espaço, mas também projetos de mundo em boa medida diversos. Essa situação implicava novos problemas para o relacionamento de ambos e dificultava a aliança Roma/Berlim se esta for pensada em termos exclusivamente de solidariedade ideológica.

A corrente de feliciania (Olla, 1978; Quartararo, 1980; Funke, 1971; 1972; Pastorelli, 1973, entre outros), por sua vez, define, como já indicado, a aproximação Hitler/Mussolini como total e completamente instrumental desde os anos 20, e considera que ela teria continuado assim até a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial. Para essa corrente, o Eixo não passaria de um instrumento de pressão contra a Inglaterra, posição esta dificilmente sustentável empiricamente (Lyttelton, 1982). Certamente, Mussolini pensava em obter concessões dos ocidentais através do recurso da “carta alemã” (como havia feito antes de e durante a Guerra da Abissínia), mas nunca houve uma total e completa “neutralidade ideológica” na política das grandes potências européias na cada vez mais politizada década de 30 (Palla, 1985; Tranfaglia, 1995), o que indica que a liberdade de movimento da Itália ou da Alemanha não era tão absoluta como quer essa historiografia, e que tal liberdade só se restringiu com o passar dos anos.

Como mostra Di Nolfo (1988; 1990), Mussolini pode ter até desejado continuar a jogar com a Alemanha e o Ocidente (seja para ter maior poder dentro do universo fascista, seja para garantir sua independência em face de ambos) no pós-1938, como havia feito antes, mas o crescente desequilíbrio de poder entre a Alemanha e a Itália e a falta de uma determinação firme dos aliados de separar os dois países impediu-o, levando a Itália a se subordinar ao Reich nazista. O esforço de Mussolini, a partir de um certo momento, não era o de sair do abraço alemão, mas o de ganhar espaço dentro da aliança. Para Di Nolfo, contudo, a caminhada do regime fascista para o totalitarismo não parece contar para explicar as oscilações de Mussolini.

Simona Colarizi (1984) é mais ponderada ao demonstrar como o espaço para o “isolamento esplêndido” de Mussolini estava se fechando no fim da década de 30 e como, ao ser colocado diante da escolha final “Aliados ou Alemanha”, escolheu o nazismo não porque a Inglaterra não o apaziguou o suficiente (ainda que, obviamente, isso tenha ajudado — Moscati, 1972; Mori, 1978), mas porque ele já considerava que o futuro pertencia aos regimes fascistas e que uma aliança com o Ocidente decadente não passaria, assim, de uma perda de tempo que daria munição, inclusive, àqueles que domesticamente questionavam a virada totalitária do regime. Ser um escravo da Alemanha nunca esteve nos planos de Mussolini, mas a idéia de uma “oscilação pendular realista”, imutável até 1940, seria, para essa autora e para outros críticos de De Felice, pouco praticável, do que não é possível discordar.

Outra questão que podemos enfatizar nessa nossa discussão sobre a força da ideologia fascista na política externa italiana do entreguerras e sobre a sua continuidade ou ruptura é o problema do imperialismo. Comparar o imperialismo fascista com o italiano da era liberal é realmente um bom caminho para discutir a gênese da política externa fascista.

## **O Imperialismo Fascista**

Para Carocci (1967; 1969; 1971), o imperialismo italiano do período anterior à Primeira Guerra Mundial era fundamentalmente econômico, pois se destinava basicamente à exportação do excedente de capital. No período posterior, ele era mais político, não refletindo diretamente necessidades econômicas do capitalismo italiano nem os desejos de sua burguesia. Esta diferença separaria os dois imperialismos, mas os articularia em alguma medida aos estágios do capitalismo italiano, revelando uma continuidade entre eles. Tese discutível se nos recordarmos dos indícios de que, também no período liberal, o imperialismo italiano era *sui generis*, não respondendo aos imperativos da economia italiana, mas especialmente a questões de prestígio e poder (Bertonha, 1999). Ainda assim, parece haver algum sentido em vincular o imperialismo italiano aos estágios de desenvolvimento do capitalismo nacional.

Salvatore Secchi (1972) trabalha na mesma direção e procura demonstrar que o que associaria os imperialismos da Itália liberal e do fascismo (e as suas respectivas políticas externas) seria, justamente, a ligação destes com as necessidades do capitalismo italiano e mundial nos dois períodos, sendo quaisquer novidades que o fascismo pudesse trazer para o imperialismo italiano explicáveis a partir justamente das alterações no papel do Estado na economia capitalista no entreguerras. A base, contudo (vínculo do imperialismo com o capitalismo), seria sempre a mesma. Webster (1964:17) e Santarelli (1969) já haviam antecipado isto, sugerindo que o imperialismo teria sido um traço de continuidade entre as Itálias pré e pós-tomada do poder pelo fascismo e relacionando-o com as mudanças no capitalismo mundial. Outros autores, como Miège (1976) e Segrè (1991), procuram ressaltar que não haveria diferença entre o modo que os governos italianos buscaram colônias e trataram os dominados desde 1860 até 1943, e que as colônias sempre foram pensadas como ins-

trumentos de política interna e do jogo de poder europeu, o que aproximaria, por exemplo, Mussolini e Sonnino.

Autores como Giorgio Rumi (1968;1974) negarão isso ao identificarem no imperialismo e no expansionismo fascistas um instrumento para que, como já explicitado, o partido e o Estado pudessem modificar fascisticamente a nação italiana e mobilizar as massas. Para Rumi, esse traço separaria o imperialismo defendido pelos nacionalistas e pelos fascistas, o que não é perfeitamente correto, pois os nacionalistas também idealizavam o imperialismo como construtor da nação italiana. Ainda assim, o imperialismo preconizado pelos nacionalistas estava mais perto do padrão mais geral do imperialismo europeu dos séculos XIX e XX do que o fascista.

Um exame do pensamento geopolítico italiano no que se refere aos emigrantes, entre 1870 e 1943, pode indicar melhor um padrão de continuidade inicial, mas onde a diferença rapidamente se destacou. Tanto a Itália liberal como a fascista pensaram no uso dos emigrantes como instrumento geopolítico para ampliar seu poder e ajudar a criar um Império, sendo o pensamento nacionalista fundamental para servir de ponte entre os dois momentos. A Itália fascista, contudo, tentou (especialmente nos anos 30) mobilizar os emigrantes em um nível inimaginável para os políticos da era liberal (inclusive, em alguns casos, concebendo-os como quintas-colunas potenciais e pretendendo sua doutrinação ideológica), além de procurar articular as coletividades italianas no exterior com os movimentos políticos próximos ao fascismo para tentar ampliar a influência política italiana (e ideológica fascista) no mundo (Bertonha, 1999). Isto e a expansão desmedida dos interesses imperiais italianos nos anos 30 já seriam suficientes para demonstrar como a política externa fascista realmente se afastou da matriz da tradicional política externa italiana, mas com maior ênfase nos anos 30 do que nos 20. Isso apenas ressalta a importância da questão temporal para a nossa discussão das continuidades e rupturas da política externa fascista.

### **Variações Temporais**

Que a política externa fascista e seu imperialismo variaram enormemente conforme a área geográfica trabalhada (e isto tanto em termos de ambições e agressividade, como no papel da ideologia e dos interesses geopolíticos na sua delimitação) é ponto já demarcado. Também é fato reconhecido pela maioria dos autores que a política externa fascista foi muito menos agressiva na década de 20 do que na de 30. Percorrer a historiografia em busca das razões dessa disparidade é um exercício que também pode nos fornecer elementos para discutir a gênese da política externa fascista.

Muitos autores (Carocci, 1969; De Felice, 1973) concordam que, no início do regime, as necessidades de consolidação do poder internamente e o contexto externo desfavorável levaram a uma relativa moderação nas ambições italianas, com esforços expansionistas onde foi possível, mas sem desafios reais à ordem internacional. Nesse sentido, aventuras como as de Corfu, em 1923, e a agressividade diante da Iugoslávia e da Turquia (Burgwyn, 1979) seriam sinais do que viria depois, da agressividade firmemente presente desde sempre na ideologia fascista, mas a ênfase da política externa fascista ainda estaria no *status quo*, como Locarno, a defesa da independência da Áustria e a amizade com a Inglaterra demonstrariam.

Na década de 30, com o fascismo consolidado no poder e um contexto mais favorável à sua agressividade (dado o interesse das potências ocidentais em conseguir o apoio italiano diante da Alemanha e, posteriormente, o contínuo desafio ao sistema internacional feito por Hitler), ele teria exercido suas sempre presentes tendências expansionistas e o resultado teria sido a guerra. Uma ideologia com um potencial agressivo permanente, combinada com variações no contexto internacional (ver Vallauri, 1964)<sup>9</sup>, explicariam, pois, a relativa moderação italiana nos anos 20 e sua maior contundência nos 30 (Senesi, 1984; Knox, 1982).

Como vimos, para a historiografia ligada a De Felice, a “política pendular” e o realismo teriam sido sempre os mesmos por todo o regime de Mussolini, e a maior agressividade nos anos 30 só se explicaria pela mudança do contexto geopolítico mundial. Para essa corrente, o potencial agressivo da ideologia fascista não é fator a ser levado em conta: Mussolini, o realista supremo, só ficou agressivo ao verificar que o contexto internacional era favorável a ganhos para a Itália. O próprio bom comportamento italiano nos anos 20 seria uma demonstração de como a ideologia pouco contava para o grande realista, que só se tornou agressivo quando verificou que era possível sê-lo.

Para outros analistas, como Veneruso (1975), seria impossível esquecer que os fascistas identificaram, no mundo pós-crise de 1929, uma situação que lhes parecia favorável. Sua ideologia não seria, nessa linha de pensamento, exatamente a mesma nos anos 20 e 30, e a ideologização da política mundial nos anos 30 teria sido fundamental para explicar a renovada agressividade da política externa fascista. Traços dessa agressividade estariam, de fato, presentes no seu corpo ideológico desde sempre, mas só a politização da política internacional (e da italiana) nos anos 30 poderia explicar essa situação. McGregor Knox (1991) reforça essa idéia ao demonstrar que um dos grandes motores do surto expansionista italiano nos anos 30 foi a avaliação do regime da absoluta necessidade desse expansionismo para rejuvenescer o regime. A renovada agressividade não teria surgido, assim, pura e simplesmente, de uma constatação das oportunidades abertas por um sistema internacional mutante.

Outra maneira (normalmente associada à primeira) de explicar essa mudança seria pelas necessidades políticas internas do regime. No início, o fascismo estaria buscando a consolidação no poder e apenas depois que esta se deu é que teria sido possível pensar em avanços no exterior. Posteriormente, com o regime já firme no poder, em busca de legitimação e decidido a implantar efetivamente na Itália e no

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema...**

mundo o seu ideário, sua crescente agressividade era uma derivação lógica (Di Nolfo, 1960; Robertson, 1979; D'Amoja, 1981).

Um dos eixos dessa análise está no *Ministero degli Affari Esteri*: enquanto este manteve sua independência, teria conseguido conter Mussolini; quando perdeu sua autonomia, a partir dos anos 30, a política externa fascista pôde se manifestar em todo o seu irracionalismo e violência (Torre, 1963; Hughes, 1972; Cassels, 1970). É fácil perceber, contudo, como essa visão é mais uma maneira de separar a diplomacia tradicional da fascista e identificar as desgraças que a política externa fascista trouxe à Itália única e exclusivamente com o fascismo (Di Nolfo, 1960). Isso não significa negar, é claro, o fato de que a diplomacia tradicional não usaria muitas das técnicas de Mussolini e que controlar o MAE foi a chave para a alteração na política externa fascista (Milza e Bernstein, 1995), mas dificilmente se pode atribuir ao MAE esse papel pacifista inquestionável.

Minhas reflexões levam à conclusão de que o rompimento temporal na história das relações internacionais do regime fascista é um fato inquestionável e que essa ruptura foi delimitada centralmente tanto pela mudança do sistema internacional, como pela ideologização da política internacional e pela caminhada do fascismo para o totalitarismo. Talvez possamos até dizer que a política externa fascista foi mais continuísta nos anos 20 e mais fascista nos 30, o que é confirmado pela preponderância, na década de 20, de fatores de continuidade (aliança com a Inglaterra, política pendular etc.) que desaparecem depois (Santoro, 1991). O padrão de gastos militares italianos entre 1911 e 1930, que segue a média histórica de 4% do PIB de 1860 a 1945, e sobe para 12% do PIB entre 1931 e 1940 (Battistelli, 1980; Vallauri, 1964), confirma essa nova fase na política externa italiana, muito mais agressiva, na década seguinte. As diferenças entre os períodos, contudo, nunca foram absolutas e o potencial para o rompimento com a tradição estava dentro da própria base da ideologia fascista. As mudanças de contexto interno e externo apenas permitiram

que esse potencial fosse levado ao extremo, conduzindo à agressividade e à guerra.

### **Conclusão**

É impossível compreender a gênese da política externa fascista sem pensar nas mudanças vivenciadas por esse regime, pela sociedade italiana e pelo mundo no período entreguerras. O regime tinha em sua base ideológica, desde à sua implantação, os elementos que permitiram a liberação de todo o seu potencial agressivo nos anos 30. Nessa linha de considerações, não faz sentido pensar em um “bom” fascismo nos anos 20 e um “mau” nos anos 30, como se as suas bases ideológicas e políticas tivessem se alterado substancialmente nesses anos. O que realmente mudou foram os contextos nacional e mundial, cujas transformações levaram o regime a abandonar uma política externa relativamente comedida e ligada às tradições internacionais italianas em favor de outra que, sem renegar completamente essas tradições, apresentava inovações (o endeusamento da guerra como forma de mudar a sociedade, a entrada dos elementos ideológicos na sua constituição, o rompimento da aliança com a Inglaterra, uma “diplomacia subversiva” paralela à oficial etc.) suficientes para torná-la diferente.

Teoricamente, podemos imaginar um regime fascista que continuasse, eternamente, a ser aquilo que ele foi nos anos 20, ou seja, uma ditadura revolucionária apenas na teoria, preocupada em consolidar seu poder interno e conformada com seu papel subordinado no sistema internacional. A ideologização da política mundial, o surgimento de uma aliada/concorrente (a Alemanha nazista) que abria as portas para mudanças significativas no sistema internacional (mas, ao mesmo tempo, lançava desafios ao regime), as alterações no sistema capitalista internacional após a crise de 1929 e a consolidação do regime, com sua tentativa de caminhada para o totalitarismo, contudo, mudaram os termos da equação e aquela ideologia que poderia ter

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

continuado mera teoria desbordou para a prática, alterando os padrões da política externa italiana e levando ao desastre conhecido.

Avaliar essas mudanças nos padrões da política externa fascista, contudo, não é apenas um processo teórico ou um exercício acadêmico, mas um problema político importante. Realmente, um dos debates mais intensos no âmbito da historiografia italiana no pós-guerra (De Felice, 1988a) é aquele que busca incluir o fascismo no seio da história italiana. Nesse debate, uma das maneiras de isolar a sociedade italiana de suas responsabilidades *vis-à-vis* o fascismo é encará-lo como um intervalo, um parêntese na história da Itália, sem maiores relações com as tradições nacionais, acidental e que podia, assim, ser rapidamente esquecido. O reflexo desse tipo de visão na análise da política externa parece evidente em vários dos trabalhos aqui mencionados.

A escola de Renzo de Felice (com sua ampla produção sobre a política externa fascista — Quarato, 1987), por exemplo, recusa a existência de pressupostos políticos por trás de seus posicionamentos e defende a idéia de que os debates entre os historiadores devem se concentrar em argumentos históricos, e não na política (Ledeen, 1976). No limite, uma solicitação justa. No entanto, ao escrever a história do fascismo da maneira como a escreve, a corrente de De Felice colabora firmemente para a reabilitação do regime<sup>10</sup>, e negar os efeitos políticos dessa reabilitação caminha entre a ingenuidade e a hipocrisia.

De Felice e seus discípulos, por exemplo, têm uma imensa admiração pela figura de Dino Grandi, ministro do Exterior entre fins dos anos 20 e início dos 30. Ele seria o símbolo de um “fascismo conservador” que estaria conduzindo a Itália para uma adaptação ao sistema internacional vigente e à ordem capitalista (Bianchi, 1984). Com ele e seus seguidores no poder, as tragédias da guerra teriam sido evitadas, a Itália teria permanecido longe da Alemanha nazista e não teria tomado os caminhos do totalitarismo.

Em síntese, a conclusão é verdadeira, mas a moderação da política fascista sob Grandi só pode ser entendida também pela avaliação de que os contextos externo e interno não favoreciam uma política agressiva (Rumi, 1973). Ou seja, a perda de influência do “fascismo conservador” no âmbito do regime, a partir dos anos 30, com certeza, ajuda a explicar os caminhos que ele tomou, mas não é possível isolar seus atos de contextos mais amplos nem pensar neles como pacifistas. Fazer isso significa apenas dar uma face respeitável ao menos a uma parte dos antigos membros do regime e dizer, nas entrelinhas, que o fascismo conservador teria sido, para a Itália, uma opção melhor do que a República instalada no pós-guerra.

Defender as continuidades da política externa fascista com relação à da era liberal, a partir dos seus traços positivos (como apresentou Sérgio Romano, 1991; 1991a), também é uma forma de resgatar a face benigna do regime ou, ao menos, da sua ala mais conservadora, pois teria sido ela a que mais se esforçou para evitar o rompimento com a tradição. Por outro lado, negar que haja um componente ideológico na aproximação ítalo-germânica e na formação do Eixo é ressaltar a diferença entre fascismo e nazismo (um dos fundamentos da análise do fascismo de De Felice) e separar o fascismo, e seus herdeiros, dos crimes nazistas. O efeito político dessa separação entre fascismo e nazismo está presente na nova direita italiana até hoje.

É no trabalho de alguns discípulos de De Felice, contudo, que a questão assume características mais assustadoras. Rosaria Quartararo (1980), por exemplo, apresenta, como vimos, a política externa fascista como o apogeu do realismo e do oportunismo. Para ela, teria sido a cupidez britânica que conduziu Mussolini a se aproximar de Hitler. Se a Inglaterra tivesse sido menos intransigente, a Itália continuaria sua aliada, a Segunda Guerra Mundial poderia ter sido evitada e o regime fascista não teria se manchado com a imagem negativa do nazismo (Borgogni, 1982). Uma troca total de posição entre acusados e acusadores, entre derrotados e vencedores na guerra.

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

A historiografia da política externa fascista, assim, mostra-nos como o historiador deve ter discernimento suficiente para abandonar seus preconceitos ideológicos e permitir que o passado fale com sua própria voz, seja ou não agradável para nós. No entanto, pretender que a história se torne uma ciência pura, tecnocrática, imune aos problemas da política, não só é propor uma impossibilidade, como também é destruir uma das características que faz da História uma disciplina em contínua renovação.

(Recebido para publicação em maio de 2001)

---

## **Notas**

- 1.** Para guias bibliográficos sobre a política externa fascista, ver Pastorelli (1971); Perfetti (1979); Clementi (1985); Bonaparte (1990:280-307 e 337-354); Cassels (1991) e De Felice (1991:325-368). Grandes panoramas historiográficos estão disponíveis em Rumi (1967); Petersen (1972); Burgwyn (1997); Quarato (1987) e Di Nolfo (1990a).
- 2.** Sobre a "diplomacia paralela" de Mussolini, inimaginável no período liberal, e que enfatizava especialmente ações indiretas de influência nas políticas locais dos outros países, a manipulação das coletividades de italianos fora da Itália e o contato com os movimentos fascistas no exterior, ver Bertonha (1999; 2000; no prelo) e Luconi (2000).
- 3.** Boa parte da historiografia de esquerda italiana baseou-se nas idéias de Salvemini para definir Mussolini como totalmente irracional e sua política externa como impulsiva, incoerente e inteiramente dedicada à busca de prestígio interno, o que foi questionado posteriormente. Ver exemplos em Silvestri (1964), Baer (1970) e Mack Smith (1976). Uma boa discussão sobre os efeitos das obras de Salvemini e de Sforza nessa tendência da historiografia italiana está em Robertson (1979), Carocci (1968) e Petersen (1972).
- 4.** Para os autores dessa corrente, como Carocci, a verdadeira essência do fascismo seria encontrada na política externa, pois, no plano interno, suas diretrizes originais teriam sido contidas e dissolvidas para fins de aliança com os conservadores e a conquista do poder. Ver Carocci (1969) e um comentário a respei-

to em Aquarone (1986:286-290). Giorgio Rumi (1974) concorda que a força que mantinha unido o *corpus* ideológico do fascismo era a política externa.

**5.** A ação italiana de apoio ao fascismo suíço do coronel Fonjallaz parece ter seguido esse padrão, tanto que ele diminuiu quando se tornou claro que os fascistas suíços não seriam capazes de cumprir as metas desejadas (ver Cerutti, 1986:388-477). O mesmo pode se dizer da Inglaterra, onde os italianos usaram os fascistas de Oswald Mosley para sua propaganda durante a guerra da Abissínia, mas sem se empenharem em apoio aberto a eles (Goglia, 1984), e do apoio italiano ao integralismo no Brasil (Bertonha, 1997).

**6.** A combinação variava, inclusive, segundo critérios geográficos. A ambição fascista em relação ao Mediterrâneo e aos Bálcãs era muito maior, por exemplo, do que aquela dirigida à China ou ao Japão. Do mesmo modo, enquanto à solidariedade ideológica era reservado papel fundamental para a expansão do poder italiano na América Latina, o trato fascista com os gregos, por exemplo, seguia muito mais os ditames tradicionais do imperialismo, uma prova da flexibilidade do fascismo na sua política externa, que nunca foi nem totalmente ideológica nem totalmente realista (ver, também, Whealey, 1967).

**7.** Ver Mori (1976; 1978) e De Grand (1975). Ver, também, sobre Grandi, Nello (1985; 1987; 1993). Essa contradição entre os fascistas mais “conservadores”, mais centrados no antigo nacionalismo e na conservação da ordem, e os “revolucionários”, interessados em subverter a ordem estabelecida no mundo ocidental, transpareceu na guerra civil espanhola, quando os fascistas moderados davam como aceitável uma simples ditadura apoiada nos militares e nos católicos, solução que radicais como Farinacci consideravam conservadora, preferindo a “Falange” para subverter a realidade espanhola (ver Veneruso, 1975; 1981:221).

**8.** Os nacionalistas alemães, de fato, apesar de verem com bons olhos a ideologia fascista, não conseguiam esquecer a “traição” italiana na Primeira Guerra Mundial e a questão do Tirol alemão dominado pela Itália, enquanto o nascente Partido Nazista tinha sua italoFOBIA controlada por Hitler, que era notoriamente pró-Itália e admirador de Mussolini e que aceitava até a continuação do domínio italiano sobre o Tirol do Sul (ver Hoepke, 1971; Veneruso, 1971).

**9.** Uma variante dessa análise é o trabalho de Migone (1980) e Migone e De Cecco (1991), que relacionam a explosão de agressividade da Itália fascista nos anos 30 com a destruição da ordem econômica internacional pela crise de 1929. Ver, também, Catalano (1963).

**10.** Não é aqui o espaço para verificarmos as posições gerais da escola de felicitiana sobre o fascismo, suas justas críticas à visão tradicional de esquerda que

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

dominou o panorama histórico italiano por várias décadas e os limites mais que evidentes da revisão que ela se propõe a fazer. Para alguns comentários a respeito, ver Ledeen (1976) e Tranfaglia (1995).

---

**Referências  
Bibliográficas**

AQUARONE, Alberto. (1986), *Fascismo e Antifascismo nella Storiografia Italiana*. Roma, Edizioni Lavoro.

ARCHIERI, Ettore. (1977), "L'Esordio della Política Estera Fascista nei Documenti Diplomatici Italiani", in *Il Sistema Diplomatico Europeo: 1814-1939*. Milano, Franco Angeli, pp. 197-216.

BAER, George. (1970), *La Guerra Italo Etiopica e la Crisi dell'Equilibrio Europeo*. Bari, Laterza.

BARROS, James. (1965), *The Corfu Incident of 1923 — Mussolini and the League of Nations*. Princeton, Princeton University Press.

BATTISTELLI, Fabrizio. (1980), *Armi: Nuovo Modello di Sviluppo? L'Industria Militare in Italia*. Torino, Einaudi.

BERTONHA, João Fábio. (1997), "O Brasil, os Imigrantes Italianos e a Política Externa Fascista, 1922-1943". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 40, nº 2, pp. 106-130.

\_\_\_\_\_. (1999), "A Migração Internacional como Fator de Política Externa. Os Emigrantes Italianos, a Expansão Imperialista e a Política Externa da Itália, 1870-1943". *Contexto Internacional*, vol. 21, nº 1, pp. 123-164.

\_\_\_\_\_. (2000), "A Questão da 'Internacional Fascista' no Mundo das Relações Internacionais: A Extrema Direita entre Solidariedade Ideológica e Rivalidade Nacionalista". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, nº 1, pp. 99-118.

\_\_\_\_\_. (no prelo), "Emigrazione e Política Estera: La 'Diplomazia Sovversiva' di Mussolini e la Questione degli Italiani all'Estero, 1922-1945". *AltreItalie — Ri-*

*vista Internazionale di Studi sulle Popolazioni di Origine Italiana nel Mondo*. Torino.

BIANCHI, Gianfranco. (1984), *Dino Grandi Racconta l'Inevitabile Asse*. Milano, Jaca Book

BLATT, Joel. (1971), "Relatives and Rivals: The Responses of the Action Française to Italian Fascism, 1919-1926". *European Studies Review*, vol. 11, n° 3, pp. 263-292.

BONAPARTE, Luigi (ed.). (1990), *Studi Internazionali*. Torino, Fondazione Agnelli.

BOREJSZA, Jerzy. (1971), *Il Fascismo e l'Europa Orientale*. Bari, Laterza.

\_\_\_\_\_. (1974), "L'Italia e le Tendenze Fasciste nei Paesi Baltici (1922-1940)", in *Annali della Fondazione Luigi Einaudi*, n° 8, pp. 279-316.

BORGOGNI, Massimo. (1982), "A Proposito della Política Estera Fascista negli Anni Trenta". *Il Político*, vol. XLVII, n° 1, pp. 193-203.

BOSWORTH, Richard. (1979), *Italy — The Least of Great Powers: Italian Foreign Policy before the First World War*. London, Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1991), "Mito e Linguaggio nella Política Externa Italiana", in R. Bosworth e S. Romano (eds.), *La Política Externa Italiana (1860-1985)*. Bologna, Il Mulino, pp. 35-67.

BURGWIN, James. (1978), "Recent Books on Italian Foreign Policy in the 1930's: A Critical Essay". *Journal of Italian History*, vol. 1, n° 3, pp. 535-553.

\_\_\_\_\_. (1979), *Il Revisionismo Fascista. La Sfida di Mussolini alle Grandi Potenze nei Balcani e Sul Danubio, 1925-1933*. Milano, Feltrinelli.

\_\_\_\_\_. (1997), *Italian Foreign Policy in the Interwar Period, 1918-1940*. Westport/London, Praeger.

CANDELORO, Giuseppe. (1981), "Il Fascismo e le sue Guerre, 1922-1939", in *Storia dell'Italia Moderna*. Milano, Feltrinelli, vol. 9.

CANNISTRARO, Philip e WYNOT JR., Edward. (1973), "On the Dynamics of Anticomunism as a Function of Fascist Foreign Policy, 1933-1943". *Il Político*, vol. XXXVIII, n° 4, pp. 645-681.

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

- CAROCCHI, Giampiero. (1967), "Appunti sull'Imperialismo Fascista negli Anni 20". *Studi Storici*, vol. VIII, pp. 113-167.
- \_\_\_\_\_. (1968), "Salvemini e la Política Estera del Fascismo". *Studi Storici*, vol. IX, n° 1, pp. 218-224.
- \_\_\_\_\_. (1969), *La Política Estera dell'Italia Fascista (1925-1928)*. Bari, Laterza.
- \_\_\_\_\_. (1971), "Contributo alla Discussione sull'Imperialismo Fascista". *Il Movimento di Liberazione d'Italia*, n° 103, pp. 3-14.
- CASSELS, Alan. (1970), *Mussolini Early Diplomacy*. Princeton, Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. (1983), "Was there a Fascist Foreign Policy? Tradition and Novelty". *International History Review*, vol. 5, n° 2, pp. 255-268.
- \_\_\_\_\_. (1991), *Italian Foreign Policy 1918-1945 — A Guide to Research and Research Materials*. Wilmington, Scholarly Resources.
- CATALANO, Franco. (1963), *L'Economia Italiana di Guerra. La Política Economico-Finanziaria del Fascismo dalla Guerra d'Etiopia alla Caduta del Regime, 1935-1943*. Milano, *sf.*
- CERUTTI, Mario. (1986), *Fra Roma e Berna — La Svizzera Italiana nel Ventennio Fascista*. Milano, Franco Angeli.
- CLEMENTI, O. (1985), "La Storia del Fascismo in 870 Titoli", in G. Quazza (ed.), *Storiografia e Fascismo*. Milano, Franco Angeli, pp. 119-152.
- COLARIZI, Simona. (1984), "La Seconda Guerra Mondiale e la Repubblica", in G. Galasso (ed.), *Storia d'Italia*. Torino, UTET, pp. 35-69.
- D'AMOJA, Fulvio. (1967), *La Política Estera dell'Impero*. Padova, Cedam.
- \_\_\_\_\_. (1981), "Primato della Política Estera, Primato della Política Interna nella Storia delle Relazioni Internazionali". *Studi Storici*, vol. XXII, n° 3, pp. 553-570.
- DEAKIN, F. (1962), *The Brutal Friendship*. New York, Harper & Row.
- DEFELICE, Renzo. (1973), "Alcune Osservazioni sulla Política Estera Mussoliniana", in R. de Felice (ed.), *L'Italia fra Tedeschi e Alleati — La Política Estera Fascista e la Seconda Guerra Mondiale*. Bologna, Il Mulino, pp. 57-64.

———. (1975), *Mussolini e Hitler — I Rapporti Segreti, 1922-1933*. Firenze, Le Monnier.

———. (1981), *Mussolini il Duce. Lo Stato Totalitario*. Torino, Einaudi.

———. (1988), *Entrevista sobre o Fascismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

———. (1988a), *Explicar o Fascismo*. Lisboa, Edições 70.

———. (1991), *Bibliografia Orientativa del Fascismo*. Roma, Bonacci.

DE GRAND, Alexandre. (1975), “Giuseppe Bottai e il Fallimento del Fascismo Revisionista”. *Storia Contemporanea*, vol. VI, n° 4, pp. 697-731.

DI NOLFO, Ennio. (1960), *Mussolini e la Política Externa Fascista, 1919-1933*. Padova, Cedam.

———. (1975), “Alcune Considerazioni Generali sulla Política Estera di Mussolini”. *Il Risorgimento*, vol. XXVII, n° 1-2, pp. 57-66.

———. (1988), “Mussolini e la Decisione Italiana di Entrare nella Seconda Guerra Mondiale”, in *L’Italia e la Política di Potenza in Europa (1938-1940)*. Milano, Marzorati, pp. 19-38.

———. (1990), “Le Oscillazioni di Mussolini”. *Nuova Antologia*, vol. 564, f. 2176, pp. 172-195.

———. (1990a), “Storia delle Relazioni Internazionali”, in L. Bonaparte (ed.), *Studi Internazionali*. Torino, Fondazione Agnelli, pp. 71-112.

FUNKE, Manfred. (1971), “Le Relazioni Italo Tedesche al Momento del Conflito Etiopico e delle Sanzioni della Società delle Nazioni”. *Storia Contemporanea*, vol. II, n° 3, pp. 475-492.

———. (1972), *Sanzioni e Cannoni, 1934-1936. Hitler, Mussolini e il Conflito Etiopico*. Milano, s/e.

GOGLIA, Luigi. (1984), “La Propaganda Italiana a Sostegno della Guerra Contro l’Etiopia Svolta in Gran Bretagna nel 1935-36”. *Storia Contemporanea*, vol. XV, n° 5, pp. 845-906.

HOBBSAWM, Eric. (1997), *A Era dos Extremos — O Breve Século XX, 1918-1991*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

- HOEPKE, Karl P. (1971), *La Destra Tedesca e il Fascismo*. Bologna, Il Mulino.
- HUGHES, H. Stuart. (1972), "The Early Diplomacy of Italian Fascism, 1922-1932", in G. Craig e F. Gilbert (eds.), *The Diplomats, 1919-1939*. New York, Atheneum, pp. 210-233.
- KNOX, McGregor. (1982), *Mussolini Unleashed, 1939-41 — Politics and Strategy in Fascist Italy's Last War*. Cambridge, Cambridge University Press.
- . (1984), "Conquest, Foreign and Domestic in Fascist Italy and Nazi Germany". *Journal of Modern History*, vol. 56, nº 1, pp. 1-57.
- . (1991), "Il Fascismo e la Política Estera Italiana", in R. Bosworth e S. Romano (eds.), *La Política Externa Italiana (1860-1985)*. Bologna, Il Mulino, pp. 287-330.
- . (1995), "Foreign Policy and its Wars: An Anti-Anti Fascist' Orthodoxy?". *Contemporary European History*, vol. 4, nº 1, pp. 347-365.
- LAMMERS, Donald. (1971), "Fascism, Communism and the Foreign Office, 1937-1939". *Journal of Contemporary History*, vol. 6, nº 3, pp. 66-86.
- LEDEEN, Michael. (1976), "Renzo de Felice and the Controversy over Italian Fascism". *Journal of Contemporary History*, vol. 11, nº 4, pp. 269-283.
- LOWE, C. J. e MARZARI, F. (1971), *Italian Foreign Policy, 1870-1940*. London/Boston, Routledge & Keegan Paul.
- LUCONI, Stefano. (2000), *La "Diplomazia Parallela" — Il Regime Fascista e la Mobilitazione Política degli Italo Americani*. Milano, Franco Angeli.
- LYTTELTON, Adrian. (1982), "Il Mussolini di Renzo de Felice". *Passato e Presente*, vol. I, nº 1, pp. 5-30.
- MACK SMITH, Denis. (1976), *Le Guerre del Duce*. Bari, Laterza.
- MALVOLIO, B. (1975), "Alcune Costanti della Política Externa Italiana dall'Unità ad Oggi". *Affari Esteri*, vol. VII, nº 27, pp. 449-461.
- MICHAELIS, Meir. (1975), "I Rapporti tra Fascismo e Nazismo Prima dell'Avvento di Hitler al Potere". *Rivista Storica Italiana*, vol. LXXXV, nº 3, pp. 544-600.

MIÈGE, J. (1976), *L'Imperialismo Coloniale Italiano dal 1870 ai Nostri Giorni*. Milano, Rizzoli.

MIGONE, Gian Giacomo. (1980), *Gli Stati Uniti e il Fascismo — Alle Origini dell'Egemonia Americana in Italia*. Milano, Feltrinelli.

— e DE CECCO, Marcelo. (1991), “La Collocazione Internazionale dell'Economia Italiana”, in R. Bosworth e S. Romano (eds.), *La Política Externa Italiana (1860-1985)*. Bologna, Il Mulino, pp. 147-196.

MILZA, Pierre. (1981), “Opinion Publique et Politique Étrangere”, in *Opinion Publique et Politique Exterieur*. Roma, École Française de Rome, pp. 663-687.

— e BERNSTEIN, S. (1995), *Storia del Fascismo — Da Piazza San Sepolcro a Piazzale Loreto*. Milano, Rizzoli.

MORI, Renato. (1976), “Verso il Riavvicinamento tra Hitler e Mussolini — Ottobre 35-Giugno 36”. *Storia e Política*, vol. XV, n° 1, pp. 70-120.

—. (1978), *Mussolini e la Conquista dell'Etiopia*. Firenze, Le Monnier.

MOSCATI, Ruggero. (1972), “Dal Patto a Quattro all'asse Roma Berlino”. *Clio*, vol. VIII, n° 2-3, pp. 159-173.

NELLO, Paolo. (1985), “Introduzione”, in D. Grandi, *La Política Estera dell'Italia dal 1929 al 1932*. Roma, Bonacci.

—. (1987), *Dino Grandi — La Formazione di un Leader Fascista*. Bologna, Il Mulino.

—. (1993), *Un Fedele Disubbidiente — Dino Grandi da Palazzo Chigi al 25 Luglio*. Bologna, Il Mulino.

OLLA, Paolo Brundi. (1978), “Il Tentativo di Detente Italo Britanico dell'Autunno 1935”. *Il Político*, vol. XLIII, n° 3, pp. 422-446.

PALLA, Marco. (1985), “Imperialismo e Política Estera Fascista”, in G. Quazza (ed.), *Storiografia e Fascismo*. Milano, Franco Angeli, pp. 75-98.

PASTORELLI, Pietro. (1971), “La Storiografia Italiana del Dopoguerra sulla Política Externa Fascista”. *Storia e Política*, vol. X, n° 4, pp. 575-614.

—. (1973), “La Política Estera Fascista dalla Fine del Conflito Etiopico alla Seconda Guerra Mondiale”, in R. de Felice (ed.), *L'Italia fra Tedeschi e Alleati*

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política  
Externa Fascista como um Problema...**

— *La Política Estera Fascista e la Seconda Guerra Mondiale*. Bologna, Il Mulino, pp. 103-114.

PERFETTI, Francesco. (1979), "L'Italia tra le Due Guerre", in R. de Felice (ed.), *Storia dell'Italia Contemporanea*. Napoli, ESI, vol. IV.

PETERSEN, Jens. (1972), "La Política Estera del Fascismo come Problema Storiografico". *Storia Contemporanea*, ano 3, nº 4, pp. 661-705.

———. (1975), *Hitler e Mussolini — La Difficile Alleanza*. Bari, Laterza.

———. (1976), "L'Accordo Culturale tra l'Italia e la Germania del 23 Novembre 1938", in K. D. Bracher (ed.), *Fascismo e Nazionalsocialismo*. Bologna, Il Mulino, pp. 331-387.

PETRACCHI, Giorgio. (1979), "Ideology and Realpolitik — Italo Soviet Relations, 1917-1933". *The Journal of Italian History*, vol. 2, nº 3, pp. 473-519.

QUARATO, Raffaele. (1987), "La Política Externa Fascista negli Scritti di Renzo de Felice". *Analisi Storica*, vol. V, nº 8, pp. 101-127.

QUARTARARO, Rosaria. (1980), *Roma tra Londra e Berlino. La Política Estera Fascista dal 1930 al 1940*. Roma, Bonacci.

RAGIONIERI, Ernesto. (1976), *Storia d'Italia*. Torino, s/e, vol. 4, parte 3.

ROBERTSON, Esmonde. (1979), *Mussolini Fondatore dell'Impero*. Bari, Laterza.

ROMANO, Sérgio. (1983), "Opinione Pubblica e Política Estera". *Storia Contemporanea*, vol. XIV, nº 1, pp. 69-76.

———. (1983a), "Introduzione", in M. Pizzigallo, *Mediterraneo e Russia nella Política Italiana (1922-1924)*. Milano, Giuffrè Editore, pp. ix-xxii.

———. (1984), "Diplomazia Nazionale e Diplomazia Fascista: Continuità e Rottura". *Affari Esteri*, vol. XVI, nº 64, pp. 440-454.

———. (1991), "Introduzione", in R. Bosworth e S. Romano (eds.), *La Política Externa Italiana (1860-1985)*. Bologna, Il Mulino, pp. 11-15.

———. (1991a), "La Cultura della Política Estera Italiana", in R. Bosworth e S. Romano (eds.), *La Política Externa Italiana (1860-1985)*. Bologna, Il Mulino, pp. 17-34.

- RUMI, Giorgio. (1967), "Tendenze e Caratteri degli Studi sulla Política Externa Fascista (1945-1967)". *Nuova Rivista Storica*, vol. LI, nº 1-2, pp. 149-168.
- . (1968), *Alle Origini della Política Externa Fascista (1918-1923)*. Bari, Laterza.
- . (1973), "La Crisi del 1929 e gli Inizi dell'Era Grandi". *Clio*, vol. 9, nº 3, pp. 355-367.
- . (1974), *L'Imperialismo Fascista*. Milano, Mursia.
- SALVEMINI, Gaetano. (1932), *Mussolini Diplomatico, 1922-1932*. Paris, s/e.
- . (1967), "Preludio alla Seconda Guerra Mondiale". *Opere*, série 3, vol. 3, Milano, pp. 5-284.
- SANTARELLI, Enzo. (1969), "Guerra d'Etiopia, Imperialismo e Terzo Mondo". *Il Movimento di Liberazione d'Italia*, ano 21, nº 97, pp. 33-51.
- . (1981), *Storia del Fascismo*. Roma, Riuniti.
- SANTORO, Carlo. (1991), *La Política Estera di una Media Potenza — L'Italia dall'Unità ad Oggi*. Firenze, Il Mulino.
- SECCHI, Salvatore. (1972), "Imperialismo e Política Fascista (1882-1939)". *Problemi del Socialismo*, vol. XIV, nº 11-12, pp. 766-796.
- SEGRÈ, Claudio. (1991), "Il Colonialismo e la Política Estera: Variazioni Liberali e Fasciste", in R. Bosworth e S. Romano (eds.), *La Política Externa Italiana (1860-1985)*. Bologna, Il Mulino, pp. 121-146.
- SENESI, Liliana. (1984), "Recente Letteratura sulla Svoltta Política del 1933 nella Política Estera di Mussolini". *Storia e Política*, vol. XXIII, nº 1, pp. 19-52.
- SILVESTRI, Maria. (1964), "La Política Estera del Regno d'Italia". *Storia e Política*, ano III, nº 2, pp. 258-275.
- TORRE, Augusto. (1963), *La Política Externa Fascista dal 1914 al 1943*. Roma, ERI.
- TOSCANO, Mario. (1956), *Le Origini Diplomatique del Patto d'Acciaio*. Firenze, Sansoni.

---

**Entre Continuidade e Ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema...**

\_\_\_\_\_. (1967), "L'Alleanza con la Germania Nazista (1936-1940)", in *Trent'Anni di Storia Política Italiana*. Roma, ERI, pp. 317-332.

TRANFAGLIA, Nicola. (1995), *La Prima Guerra Mondiale e il Fascismo*. Torino, UTET.

VALLAURI, Carlo. (1964), "Alcune Considerazioni sulla Política Externa Fascista". *Storia e Política*, vol. III, n° 1, pp. 125-135.

VENERUSO, Danilo. (1971), "I Rapporti tra Fascismo e destra Tedesca". *Il Mulino*, vol. XX, n° 218, pp. 1073-1090.

\_\_\_\_\_. (1975), "La Política Estera Fascista dal Nazionalismo alla Rivoluzione senza Contenuto". *Affari Esteri*, vol. VII, pp. 808-822.

\_\_\_\_\_. (1981), *L'Italia Fascista*. Bologna, Il Mulino.

VIGEZZI, Brunello. (1979), "Política Estera e Opinione Pubblica in Italia dal 1870 al 1945". *Nuova Rivista Storica*, vol. LVIII, n° 5-6, pp. 548-569.

WEBSTER, Richard. (1964), "Autarchy, Expansion and the Underlying Continuity of the Italian State". *Italian Quarterly*, vol. 8, n° 32, pp. 3-18.

WHEALEY, Robert. (1967), "Mussolini's Ideological Diplomacy: An Unpublished Document". *Journal of Modern History*, vol. 39, n° 4.

WISKEMANN, Elisabeth. (1955), *L'Asse Roma Berlino*. Firenze, Le Monnier.

---

João Fábio Bertonha

---

## **Resumo**

### **Entre Continuidade e Ruptura. A Política Externa Fascista como um Problema Histórico e Político**

O objetivo deste artigo é discutir a questão da continuidade e da mudança na política externa da Itália no período entreguerras, utilizando como material de análise os debates da historiografia italiana relativos ao período fascista. Como recorte específico, o texto examina a produção referente à política externa de Mussolini durante os vinte anos do regime e a relaciona com a que se refere às diretrizes tradicionais da política externa da Itália desde a unificação do país em 1860.

**Palavras-chave:** Política Externa Fascista — Regime Fascista — Historiografia Italiana

---

## **Abstract**

### **Between Continuing and Rupture. Fascist Foreign Policy as a Historical and Political Problem**

The article seeks to analyze the Italian foreign policy between the First and the Second World Wars. It does so by examining the debate of the Italian historiography regarding the fascist period, in particular about the foreign policy implemented by Mussolini in the first twenty years of his government. By way of conclusion, the author relates the former with the traditional guidelines of the Italian foreign policy since the unification of Italy in 1860.

**Key words:** Fascist Foreign Policy — Fascism — Italian Historiography